

# Plano não assegura direitos humanos

*Relatório Global 1997 da Human Rights Watch mostra que, no Brasil, ainda se viola direitos elementares das pessoas*

Sandra Lefcovich  
Da equipe do Correio

Da teoria à prática há um longo caminho. Entre o plano lançado pelo governo federal e a realidade dos direitos

humanos no Brasil, o relatório anual da Organização Não-Governamental (ONG) Human Rights Watch divulgado ontem mostra que graves violações continuaram a acontecer na cidade e no campo brasileiros durante 1996.

O "Relatório Global 1997" da segunda maior ONG do mundo na área — só perde para a Anistia Internacional — reconhece que o Plano Nacional de Direitos Humanos lançado em 13 de maio passado é uma mudança importante na abordagem do problema. Mas critica a administração de Fernando Henrique Cardoso "por sua incapacidade" de passar leis no Congresso para atingir os objetivos do plano.

"O governo não tem se empenha-

do na aprovação dessas leis", comentou o deputado Hélio Bicudo (PT-SP). Um exemplo dessa contradição é que o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), se opôs ao projeto do deputado — apoiado pelo Executivo — de policiais militares serem julgados na Justiça Civil. Finalmente, o projeto foi mutilado totalmente.

## AVANÇO

Para Bicudo, não se podem cobrar medidas concretas nesse momento,

já que a questão é nova no Brasil. Mas, considerou o deputado, o Plano Nacional é um grande avanço num país onde direitos humanos se confundiam com direito de bandidos. "Antes estávamos a zero".

A avaliação de James Cavallaro, diretor da Human Rights no Brasil, é de que há muita cobrança sobre o presidente Fernando Henrique. "Falta compromisso no Senado com o plano", acusou. "Lá, os senadores estão bloqueando a passagem de medidas

urgentes para melhorar a situação dos direitos humanos", continuou. São mais de 200 medidas que devem ser aprovadas no Congresso.

Mas o Executivo caminha em duas direções. Para o deputado Bicudo, o fato de as reformas encaminhadas pelo governo ao Congresso apontarem para a construção de um Estado neoliberal é um exemplo. "Esse modelo aumenta a pobreza e tem grandes conseqüências nos direitos humanos", disse.

## RIO DE JANEIRO

Vítimas civis da Polícia Militar

Maio 1995

**3,2**

mortos por mês

Fevereiro 1996

**20,55**

mortos por mês

## Estados tornam a situação pior

Enquanto Executivo e Congresso não entram em sintonia, há outro obstáculo para piorar ainda mais a performance brasileira em relação aos direitos humanos. São as políticas adotadas pelos estados. Entre os piores, para a Human Rights, encontra-se o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Norte.

"A violência policial vem tendo uma resposta cada vez mais irresponsável ao problema da criminalidade", disse o diretor da ONG, Cavallaro.

Segundo o documento, desde que o general Nilton Cerqueira assumiu a Secretaria de Segurança Pública do Rio, em maio de 95, o número de vítimas fatais da Polícia Militar passou de 3,2 para 20,55 por mês.

Cavallaro acredita que isso é conseqüência da nova política de promoção e gratificação por bravura aos policiais. Algo que valeu o comentário do vice-presidente da OAB, Fernando Fragoso, na semana passada: "Cerqueira está mandando matar".

No Rio Grande do Norte, o ex-secretário adjunto de Segurança Pública, Maurílio Pinto Medeiros, foi afastado do cargo, mas continua impune. A Human Rights lembra a existência de provas contundentes de que Medeiros supervisiona um grupo de extermínio acusado de 20 assassinatos.

A impunidade dos 120 policiais envolvidos no assassinato de 111 presos na Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo, em 1992, também é abordada no relatório.

No entanto, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo é elogiada por seu programa de aconselhamento psicológico para policiais envolvidos em tiroteios com vítimas fatais. "O número de civis mortos pela PM de São Paulo caiu de 500 em 1995 para 104 nos primeiros seis meses de 1996", informa o relatório.

## RURAL

Um exemplo extremo dos conflitos violentos pela posse da terra foi o massacre de Eldorado de Carajás, em 17 de abril, quando morreram 19 sem-terra e dezenas foram feridos. "A polícia abriu fogo contra a multidão de homens, mulheres e crianças", informa o relatório. E acusa o Ministério Público Estadual de ter apresentado "uma denúncia mal substanciada à Justiça Militar", além de observar que os policiais envolvidos na chacina continuam servindo à corporação.